

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) em 2017, estava presente, em nove (Augusto Correa, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Salinópolis, Santa Luzia Do Pará, Tracuateua e Viseu) dos 15 municípios que compõem a RI Rio Caeté, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI RIO CAETÉ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	36.973	33,1
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	27.333	72,8
Coabitação Familiar	168.684	39,2	8.676	23,1
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	959	2,6
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	586	1,6
Total Domicílios	1.859.165		111.610	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Rio Caeté, o déficit era de 33,1% do total de domicílios. O componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 72,8% do total da região; coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios, no Pará, e 23,1%, na RI Rio Caeté. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit, no estado do Pará, e 96%, na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3%, no estado, e 2,6%, na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios, no estado do Pará, e 1,6%, na RI.

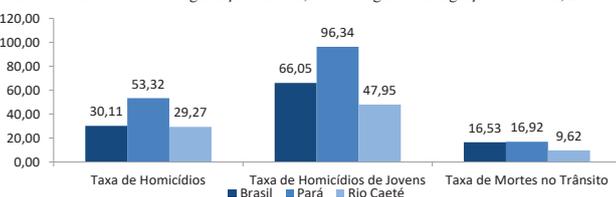
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Rio Caeté apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto na RI esse número foi de 29,27. Capanema e Santa Luzia do Pará apresentaram as maiores taxas, 47,65 e 41,42 homicídios, respectivamente, em contração a Viseu e Nova Timboteua, que figuraram com as menores taxas, 10,04 e 13,39 homicídios, nesta ordem.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem, em 2017, apresentou diferenças significativas entre a média estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens) e a da RI (47,95 homicídios a cada 100 mil jovens). Os municípios de Capanema e Peixe-Boi registraram as maiores taxas, 94,41 e 91,68 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, e, por outro lado, Santarém Novo não apresentou casos de homicídio de jovens, assim como Viseu observou a menor taxa de homicídios, 11,21.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Rio Caeté foi de 9,62 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes, em 2017. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Santa Luzia do Pará (31,06 mortes) e Bonito (25,26 mortes), enquanto Peixe-Boi, Primavera e Quatipuru não registraram casos de mortes por acidentes no trânsito.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A RI Rio Caeté apresentou taxa superior ao Pará apenas para o indicador taxa de homicídios no trânsito, em 2017. A taxa de homicídios da região foi de 25,87 mortes e para o Pará de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 11,23 e o Pará de 9,60. Um indicador novo que compõe essa síntese foi a taxa de roubo, que alcançou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará, e para a RI Rio Caeté, 575,05 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração do Rio Caeté

Indicadores Segurança	Pará		RI Rio Caeté	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	25,25	25,87
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	13,74	11,23
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	561,12	575,05

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Rio Caeté registrou um total de 50,24% de sua população abaixo da linha da pobreza, bem maior que o percentual paraense.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Rio Caeté apresentou um Índice de Gini de 0,57, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Rio Caeté	50,24	0,57

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Rio Caeté, 64,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 82,8% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 73% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região possuía percentuais maiores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Rio Caeté	64,3	82,8	73,0
Augusto Corrêa	81,5	86,6	80,8
Bonito	56,0	78,9	68,2
Bragança	62,9	76,7	66,7
Cachoeira do Piriri	51,9	92,4	83,6
Capanema	49,0	74,9	63,8
Nova Timboteua	56,1	81,4	73,4
Peixe-Boi	69,2	70,6	61,5
Primavera	75,6	81,2	71,6
Quatipuru	64,9	86,9	78,8
Salinópolis	52,6	80,3	66,7
Santa Luzia do Pará	83,7	86,5	77,9
Santarém Novo	104,7	87,6	72,8
São João de Pirabas	68,5	80,2	71,6
Tracuateua	73,9	89,3	80,9
Viseu	70,5	91,8	82,5

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, o de Santarém Novo era o que possuía o maior percentual da população inscrita no CadÚnico, 104,7%. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Cachoeira do Piriri (92,4%), Viseu (91,8%) e Tracuateua (89,3%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Cachoeira do Piriri (83,6%) e Viseu (82,5%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens¹, em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Rio Caeté mostrou-se como a 4ª RI com o menor quantitativo de jovens (162.047) e a terceira maior participação estimada (31,23%) em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Bragança destacou-se com o maior número de jovens (39.005), correspondente a 30,85% de participação em sua população, seguido de Capanema (19.320 jovens e participação de 28,16%). A maior participação de jovens em relação ao número de habitantes ocorreu em Santa Luzia do Pará (56,40%), que apresentou elevado aumento (28,88 p.p. em relação a 2015). A menor participação foi registrada em Peixe-Boi (25,93%), que ainda obteve redução de 1,83 p.p. em comparação ao anterior.

¹ A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.